

O DIA DAS CPIs

Marinho sugere "roteiro" para investigar Correios

Partidos terão que indicar hoje integrantes da CPI dos Bingos

Requerimento para apurar "mensalão" será lido na quarta

Congresso examina o que há por trás da emigração ilegal

Durou mais de 12 horas o depoimento de Maurício Marinho, ex-chefe de departamento dos Correios, à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de corrupção na estatal. Ontem de manhã – na parte mais importante da audiência iniciada terça-feira –, ele traçou o que seria um roteiro de suspeitas de irregularidades na empresa.

Denúncias de corrupção devem ser examinadas também por duas novas CPIs mistas: a do "mensalão", cujo requerimento será lido em sessão con-

junta na quarta-feira, e a dos bingos. O Supremo Tribunal Federal decidiu ontem que o presidente do Congresso, Renan Calheiros, deve designar os membros da comissão que investigará denúncias de ligações de Waldomiro Diniz com empresário do setor de loterias. Renan deu prazo até hoje para os líderes fazerem as indicações.

Mais duas comissões do Congresso investigam outros assuntos: a emigração ilegal e os conflitos fundiários. A CPI da Terra ouviu o governador de Rondônia, Ivo Cassol, que negou acusações de grilagem.

Páginas 3, 4, 5, 6 e 8



DECISÕES Maurício Marinho depõe na CPI dos Correios e apresenta lista de contratos sob suspeita. Após a reunião de líderes com Renan, mais duas comissões: as que investigarão o mensalão e os bingos. A CPI da Emigração (terceira foto) se instala e a da Terra ouve o governador de Rondônia

Reforma política dá mais um passo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, aplaudiu a aprovação, pela Comissão de Justiça da Câmara, de amplo projeto de reforma política. A proposta prevê o financiamento público de campanhas e a lista fechada de candidatos.

Página 2

Comissão pode ouvir Olívio e José Eduardo

A Comissão de Infra-Estrutura vai convidar o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, e o diretor Ildo Sauer para que expliquem supostos prejuízos à empresa. Já o ministro Olívio Dutra deverá falar sobre recursos para metrô.

Página 7

Cabral quer debater Lei do Audiovisual

O senador Sérgio Cabral defende a realização de debate sobre artigo que permite a distribuidores internacionais aplicar na produção de filmes nacionais parte do Imposto de Renda devido sobre a remessa de *royalties* ao exterior.

Página 7



Fotos: Roosevelt Pinheiro
CONTAS Maguito destaca que agora PMDB tem o maior número de governadores de estado

Maguito saúda filiação de Marcelo Miranda

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) saudou ontem a filiação do governador do Tocantins, Marcelo Miranda, ao PMDB. Ele destacou que as principais propostas de Miranda para o Tocantins são a melhoria do atendimento à saúde, o aperfeiçoamento da educação e a geração de empregos e oportunidades para os que moram naquele estado.

– Agora, além da maior bancada no Senado e uma das maiores bancadas na Câmara, o PMDB é o partido que tem o maior número de governadores de estado – comemorou Maguito, registrando que mais de 20 mil pessoas participaram do ato público da filiação do governador no último dia 10, na cidade de Palmas.

Maguito afirmou ainda que o PMDB foi o partido que lutou contra o arbítrio e pela democracia e que, hoje, enverga a bandeira do desenvolvimento com geração de empregos e justiça social. O senador enalteceu o desempenho dos outros governadores peemedebistas: Germano Rigotto (RS), Roberto Requião (PR), Luiz Henrique (SC), Joaquim Roriz (DF), Rosinha Matheus (RJ) e Jarbas Vasconcelos (PE).

Renan aplaude reforma aprovada pela Câmara

■ **Matéria prevê adoção da lista fechada pré-ordenada e o fim das coligações proporcionais**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considerou positiva a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, que aprovou ontem um amplo projeto de reforma política. O projeto prevê a adoção da lista fechada pré-ordenada, pela qual os eleitos de cada partido independem da quantidade de votos individuais que possam obter nas urnas.

– A reforma política é fundamental para que possamos avançar e atacar as causas que estão fazendo as instituições balançarem – afirmou Renan.

A reforma é um dos pontos que constam da agenda de mudanças apresentada por Renan ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Renan também concordou com a proposta do fim da verticalização. A comissão especial das coligações eleitorais, da Câmara, aprovou ontem uma emenda constitucional que prevê o fim da verticalização. E a CCJ da Câmara fez a opção pelo projeto de reforma originado de uma comissão especial (PL 2.679/03), que teve como

relator o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO). Muitas das sugestões desse projeto foram aprovadas no Senado e depois seguiram para a Câmara.

Entre os outros pontos da reforma estão o financiamento público exclusivo para as campanhas eleitorais, o fim das coligações proporcionais, a instituição das federações de partidos e a redução da cláusula de barreira dos atuais 5% para 2%, índice aplicado sobre o resultado das nominatas de deputados federais.

Para que as novas regras prevaleçam nas próximas eleições, precisam ser aprovadas pelo Congresso até o próximo dia 30 de setembro.



PRESSA Garibaldi protesta contra requerimento de deputado que pediu retirada da matéria de pauta

Garibaldi Alves quer acelerar mudança política

Em discurso ontem, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) voltou a defender a reforma política, protestando contra a apresentação de requerimento pelo deputado Inaldo Leitão (PL-PB), que pediu a retirada da matéria da pauta da Câmara dos Deputados.

– Esta é a hora de acelerar sua tramitação, pois um dos itens que está sendo investigado pelo Congresso é o financiamento privado de campanhas eleitorais que se vale de órgãos públicos – argumentou. Garibaldi citou ainda a fidelidade partidária, que recebe nova atenção com as denúncias de compra de votos e de suborno para mudança de partido. Tanto o financiamento público de campanha como a fidelidade partidária são temas que fazem parte da proposta de reforma.

Bornhausen diz que decisão rompe acordo

O senador Jorge Bornhausen (SC), presidente nacional do PFL, acredita que a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, ao aprovar o fim da verticalização e um amplo projeto de reforma política, rompe com “o acordo feito entre PFL, PSDB, PMDB e PT, que previa a aprovação da reforma política em partes definidas, fatiadas, e a manutenção da cláusula de barreira”. De acordo com o senador, o PFL não se sente obrigado a acompanhar o projeto, que, na sua avaliação, traz regressões às conquistas já consignadas em lei.

– Por essa razão, o PFL, por meio de sua Comissão Executiva Nacional, tomará uma decisão em relação ao projeto na próxima semana – informou Bornhausen.

Agenda

Pauta continua trancada

O projeto de conversão (PLV 14/05) originado da Medida Provisória 241/05, que libera R\$ 299 milhões a serem repassados à Presidência da República,

aos ministérios da Justiça e da Defesa e aos Encargos Financeiros da União, tranca a pauta. A proposta destina R\$ 90,6 milhões ao Ministério da Defesa,

que vai repassar R\$ 5 milhões para a ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos pela *tsunami* e o restante à missão de paz da ONU no Haiti.

Corrupção nos Correios e em Rondônia

A CPI dos Correios reúne-se às 9h para ouvir Antonio Velasco e Arthur Wascheck, responsáveis pela gravação que deu origem às denúncias contra a estatal. Às 9h30, a comissão que apura corrupção em

Rondônia assiste as fitas gravadas pelo governador. Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores discute o reconhecimento da China como economia de mercado pelo Brasil em audiência pública.



Presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se às 12h30 com o economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros, na Presidência do Senado Federal. Às 16h, Renan preside a ordem do dia do Plenário.

CAS e Igualdade Racial

Às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota a regulamentação da musicoterapia (PLC 25/05). No mesmo horário, a Subcomissão de Igualdade Racial vota requerimento para realização de audiência pública.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Ex-chefe de departamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos depõe por mais de 12 horas e aponta irregularidades em contratos firmados pela estatal. Para Delcídio e Serraglio, presidente e relator da CPI, depoimento é contraditório e pouco esclarecedor

Marinho sugere “roteiro” para CPI investigar

O depoimento de Maurício Marinho, ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), à CPI que investiga denúncias de corrupção na estatal, que durou mais de 12h, pode ser dividido em três partes. Na mais importante delas, ocorrida na manhã de ontem, o funcionário dos Correios, após conversar durante cinco minutos com seus advogados, traçou um roteiro de como a CPI poderá desvendar irregularidades na empresa.

Em um dos momentos mais tensos da reunião da manhã de ontem, os advogados Ricardo Baitelo, Sebastião Coelho da Silva e Yara Daher ameaçaram renunciar ao caso por entenderem que seu cliente não estava falando a verdade para os membros da comissão de inquérito. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) comunicou ao vice-presidente do colegiado, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), a ameaça dos advogados. Aconselhado por deputados e senadores, Maguito, que presi-

dia a sessão naquele instante, interrompeu a reunião durante cinco minutos.

Ameaças

No reinício dos trabalhos, Marinho confessou temer por sua integridade física, revelou que chegou a sofrer ameaças e pediu proteção policial para si e para sua família. Em seguida, ele sugeriu aos parlamentares que analisem diversos contratos firmados pelos Correios. O ex-chefe de departamento propôs que sejam investigados todos os contratos que tratam de transportes aéreos, terrestres e fluviais, especialmente os relacionados à empresa Skymaster e os que tratam de publicidade. Marinho aconselhou atenção especial às empresas SMP&B Comunicação e DNA Propaganda, de propriedade de Marcos Valério, que teria ligação com integrantes do PT.

O depoente insinuou que haveria interferência, em alguns contratos, de integrantes do PT, como o secretário-geral do partido, Silvio Pereira, e o secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz



Fotos: Célso Azevedo

INCOERÊNCIA Para parlamentares da comissão, depoimento do ex-chefe dos Correios apresentava inverdades

Gushiken. Segundo Marinho, Gushiken teria participação na definição dos contratos de publicidade. Em nota oficial, a Secretaria de Comunicação e o secretário-geral do PT negaram as acusações.

Dúvidas

Diversos parlamentares classificaram o depoimento de Marinho como contraditório e repleto de inverdades. Alguns chegaram a apelar para que o

funcionário dos Correios dissesse a verdade e ofereceram a ele a possibilidade de transformar a reunião em secreta.

Ao final, o relator, Osmar Serraglio (PMDB-SC), informou que determinou à assessoria da CPI que faça levantamento das contradições entre o que Marinho disse na fita gravada em que ele conversa com supostos empresários e o que declarou à Polícia Federal e à CPI. Ele

acrescentou que, se o funcionário dos Correios não quiser colaborar espontaneamente com a comissão, será convocado como testemunha para falar sobre contratos e licitações na estatal. O presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS), convocou reunião para hoje, quando serão ouvidos Arthur Waschek e Antonio Velasco, que seriam os mentores da fita que flagrou Marinho.

Depoimento é considerado contraditório e inconsistente

Após o longo depoimento de Maurício Marinho à CPI dos Correios, o presidente e o relator da comissão comentaram as declarações do ex-chefe de departamento da estatal.

Para Delcídio, o relato foi contraditório. Ele disse ter verificado divergências entre a gravação divulgada pela revista *Veja*, na qual o funcionário é flagrado recebendo propina, e o depoimento dado à Polícia Federal e à CPI.

O presidente informou que a comissão se reunirá no fim de semana para fazer um cruzamento entre os depoimentos de Marinho e a oitiva dos empresários Arthur Waschek Neto e Antonio Velasco, da Comam, supostos mandantes da gravação, que serão inquiridos hoje.

Delcídio assinalou ainda que a CPI checará os contratos clas-



FITA Segundo Delcídio, comissão ouve hoje supostos mandantes da gravação que flagrou Marinho

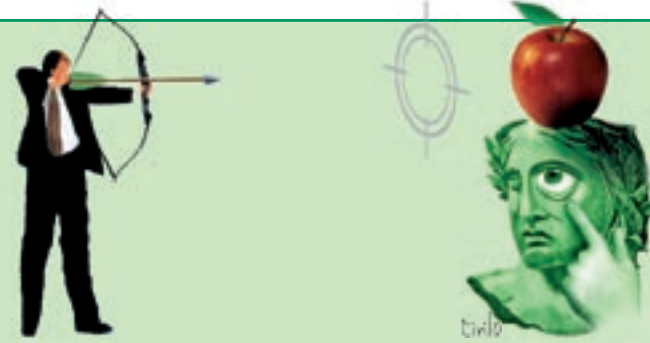
sificados pelo depoente como irregulares (*quadro ao lado*).

Osmar Serraglio também disse acreditar que as palavras de Marinho não foram esclarecedoras. Nos contratos suspeitos que o funcionário apresentou, o relator não viu “nada de concreto”, mas garantiu que as informações serão levadas em consideração.

Negócios na mira

Contratos e convênios firmados pelos Correios que, segundo Maurício Marinho, ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), devem ser investigados pela CPI:

- aquisição de máquinas de franquear digitais para agências próprias e franqueadas;
- confecção das salas-cofre em Brasília e São Paulo;
- aquisição de softwares, hardwares e licenças de uso de programas de computador;
- contratos que envolvem solução de leitura e entrega simultânea de contas de água e luz em todo o país. Nesses contratos, entram microcoletores de dados e impressoras portáteis (neste caso, está envolvida a firma HHP);
- Banco Postal e serviço de auto-
- mação da rede de atendimento (trata-se de um grande contrato com a Novadata);
- aquisição de kits para as áreas administrativas;
- todos os contratos de obras de engenharia subordinados e geridos pela diretoria de Tecnologia;
- contratos com empresas terceirizadas coordenados pela diretoria de Tecnologia;
- todas as comissões especiais de licitação;
- “seguros” de sistemas e produtos;
- contratos com agências de propaganda e patrocínio, por meio do Departamento de Marketing dos Correios, com o qual, segundo Marinho, o secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica teria alguma ligação;
- contratos de transporte de carga aéreo, fluvial e de superfície;
- aquisição de equipamentos, como bicicletas, motocicletas e veículos em geral;
- contratos de manutenção de equipamentos de informática;
- contratos das 1.550 agências dos Correios franqueadas.





Agripino, Bornhausen, Virgílio e Demostenes contestam existência de campanha para inviabilizar reeleição de Lula e alertam para riscos de incitação a movimentos sociais. Tuma quer investigações correndo livres e Alberto Silva pede ação contra desemprego

Agripino rejeita campanha pelo *impeachment* de Lula

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), afirmou que o país vive momentos de muita tensão em função das denúncias de corrupção que pairam sobre o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Embora tenha assegurado que não irá aderir a uma possível campanha pelo *impeachment* do presidente, Agripino diz que não se pode abrir mão de investigar todas as irregularidades atribuídas a integrantes do governo petista.

O pefelista comentou ainda declarações de Lula sobre a crise política, em que vincula as denúncias a uma suposta tentativa da oposição de inviabilizar sua reeleição e diz que ninguém



OBJETIVO Para a oposição, observa Agripino, o que importa é investigar as denúncias de irregularidade

tem mais autoridade ética e moral no país do que ele para combater a corrupção. Para o senador, tudo o que a opinião

pública não quer ouvir falar, hoje, é sobre reeleição.

Agripino observou que o governo só reagiu às suspeitas de irregularidades quando as mesmas se tornaram públicas. Na sua opinião, o presidente cometeu “excessos imperdoáveis” ao lidar com esses episódios. O parlamentar contestou também que a oposição esteja explorando denúncias restritas ao terceiro escalão do governo para antecipar o debate eleitoral, conforme teria declarado Lula.

– Como as denúncias podem ser do terceiro escalão se levaram à demissão do ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu? – questionou.

Arthur Virgílio: governo deve provar que é ético

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou o presidente Lula por dizer que não há ninguém mais ético do que ele próprio e que a oposição estaria “com medo” de sua reeleição. A fala foi vista como uma provocação, que pode ter, segundo ele, “conseqüências funestas”. O parlamentar frisou que desde 1946 não houve oposição mais democrática que a atual.

O senador leu manchetes de jornais para argumentar que Lula estaria adotando “um certo chavismo canhestro” para afastar a crise de seu governo e responsabilizar o Congresso.

– Se o governo Lula é ético, é preciso demonstrar; não basta dizer – frisou.

Arthur Virgílio registrou o fa-



RODEIO Virgílio diz que Lula adota “chavismo canhestro” para afastar crise do governo e culpar Congresso

to de o PT ter esvaziado o poder de Silvio Pereira, secretário-geral do partido, e de Delúbio Soares, diretor de finanças.

– Se é verdade que não há envolvimento de nenhum deles nas denúncias de corrupção,

por que o partido teria esvaziado suas funções? – indagou.

O senador contestou declaração de dirigentes da Central Única dos Trabalhadores de que “as elites querem desestabilizar Lula”. Segundo ele, a crise – “moral e ética” – partiu do governo, que teria relações promíscuas com empresas e com o Parlamento.

Prisão

Em nome do PSDB, Arthur Virgílio protestou contra a prisão equivocada, em Cuiabá, do diretor de Florestas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Antônio Carlos Hummel, liberado depois de quatro dias pela Polícia Federal por nada haver contra ele.

e toque o país para frente. Quando as CPIs [comissões parlamentares de inquérito] terminarem, os culpados serão punidos e Vossa Excelência terá o reconhecimento dos brasileiros – clamou.

O senador disse ter tido “boa impressão” da ministra Dilma Rousseff, empossada na Casa Civil, a quem propôs tirar das “gavetas” dois projetos: a produção de biodiesel no Norte e Nordeste e a recuperação de 40 mil quilômetros de rodovias.



VELOCIDADE Alberto Silva cobra rapidez para projeto de biodiesel e em obra de recuperação de estradas

lário mínimo por mês.

– Presidente, pelo amor de Deus, assumo o comando



FANTASIA Bornhausen: PT falta com a verdade quando afirma que enfrenta campanha de desmoralização

Oposição apenas cumpre seu dever, diz Bornhausen

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) criticou ontem afirmações da Carta ao Povo Brasileiro, documento divulgado por

movimentos e entidades sociais em defesa do governo Lula. Conforme o parlamentar, a carta falta com a verdade quando afirma que o PT enfrenta uma campanha de desmoralização por parte da oposição.

– A oposição apenas cumpre o seu dever de fiscalizar o governo. As denúncias de corrupção não vieram de setores da oposição – observou.

Bornhausen repudiou o teor da nota e perguntou o motivo de o governo ter demitido os acusados que trabalhavam nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil e também o chefe da Casa Civil, José Dirceu. O parlamentar disse não entender tantas demissões “se as denúncias são falsas, como diz o governo”.

Tuma: país marcha para tranquilidade

O país marcha para um processo de tranquilidade, caso o governo deixe as investigações sobre as denúncias de corrupção correrem normalmente. A afirmação foi feita ontem, em Plenário, pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Ele também comentou que Maurício Marinho, ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Ma-



PAZ Clima de distensão retornará se governo deixar investigações correrem livres, avalia Tuma

terial dos Correios, depoente na comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de corrupção na estatal, teria lhe pedido ajuda porque estaria com medo.



ALERTA Demostenes: país pode viver crise institucional caso MST saia às ruas em defesa do governo

Demostenes cobra aumento para militares

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou ontem que o presidente Lula vem tratando “com menosprezo”

as Forças Armadas. De acordo com o senador, há 15 meses, o governo concedeu reajuste de 33% aos integrantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, mas ainda não incorporou aos soldados parcela de 23% que seria paga até março deste ano.

– Os militares, desde 1994, estão insatisfeitos com o tratamento de segunda classe que recebem do Poder Executivo – observou ele.

Demostenes aproveitou para criticar o ex-ministro da Casa Civil, o deputado federal José Dirceu, que pediu para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sair às ruas para defender o governo e o PT. Para o senador, se tal fato ocorrer, há o perigo de uma crise institucional no país.

Alberto Silva pede a Lula que “toque o Brasil”

O presidente Lula foi provocado pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI) com pedido para que “toque o Brasil”, porque o mais importante para os brasileiros é a criação de empregos. Ele citou pesquisa mostrando que 50 milhões de pessoas vivem com menos de meio sa-



O discurso do presidente Lula em Luziânia recebe elogios de Aloizio Mercadante e Ana Júlia, mas é contestado por Eduardo Azeredo. Saturnino destaca luta contra a corrupção, enquanto Pavan aponta desgaste do governo e do PT

Governo se empenha no combate à corrupção, afirma Saturnino

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu ontem a honestidade do governo Luiz Inácio Lula da Silva, garantindo que o Executivo está empenhado no combate à corrupção. O senador garantiu que o Congresso Nacional vai apurar todas as denúncias e que nada será escondido.

Na opinião de Saturnino, a democracia brasileira avançou nos últimos anos e não mais permite a ocultação de crimes, “uma enorme conquista do povo brasileiro e da vida política do país”, avaliou. Ele garantiu que o governo Lula não é corrupto, embora tenha cometido erros.

– Fazemos questão de que a apuração vá até o fim; é a nação que vai ganhar e é isso que importa. A nação brasileira importa acima do nosso partido e do nosso governo.

Saturnino disse que o governo não deve ficar paralisado por causa das denúncias de corrupção, mas sim aproveitar

o momento de crise e continuar com os avanços e realizações em favor da nação. O senador elogiou a nova ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e afirmou que ela é a pessoa certa para acelerar as ações do governo, “e para firmar a marca do compromisso do governo com o povo brasileiro”.



AVALIAÇÃO Roberto Saturnino diz que governo não deve ficar paralisado por causa de denúncias



COOPERAÇÃO Ana Júlia destaca que solidariedade traz benefícios sociais à população

Ana Júlia ressalta as conquistas do governo

Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu o governo usando as palavras do presidente Lula, que, em Luziânia, disse que, “se as pessoas querem combater a corrupção, deveriam estar aplaudindo as iniciativas deste governo”. Lula afirmou que nenhum governo na história republicana fez 20% do que o governo atual vem fazendo para combater a corrupção. Ana Júlia destacou, no discurso do presidente, a importância da solidariedade para superar obstáculos políticos e econômicos que mantêm a população afastada dos benefícios sociais.

A senadora informou que os resultados do trabalho das cooperativas são 20% superiores aos daqueles que trabalham isoladamente. As cooperativas congregam mais de 5 milhões de produtores, lembrou, sendo que, desses, 55% são pequenos proprietários, que respondem por 62% da produção de trigo, 45% da produção de leite, 39% da produção de algodão e 29% da produção de soja.

Ana Júlia mencionou ainda a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, que irá elaborar e propor políticas públicas para o setor.

Mercadante: Lula apóia autonomia do Legislativo

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apóia a independência do Congresso Nacional e considera a comissão parlamentar de inquérito um instrumento complementar às investigações que os órgãos do Executivo vêm fazendo. O senador fez a afirmação depois de ler novamente o discurso feito pelo presidente, na terça-feira, em Luziânia, Goiás, no lançamento da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Mercadante avaliou que a CPI dos Correios está com os seus trabalhos avançados e que a tendência é que apure todos os fatos apontados. O senador frisou que há espaço para a instalação de uma outra



Fotos: Rosevelt Finheiro

OTIMISMO Segundo Mercadante, tendência é de que a CPI dos Correios apure todos os fatos

CPI para investigar a denúncia de pagamento de propina a deputados, informando que os governistas apresentaram requerimento para sua criação com pedido de urgência em sua tramitação.

O senador afirmou que o

povo quer uma investigação completa, sem prejulgamentos e com rigor. Ele acrescentou que a liderança do governo tem feito um esforço para que o Congresso se empenhe nas investigações sem descuidar da pauta de votações. O líder do governo fez um apelo em especial para que o Senado votasse, ontem, o projeto de lei de conversão (PLV 14/05) que abre crédito extraordinário para as Forças Armadas, desobstruindo a pauta.

Mercadante registrou também nos Anais do Senado a Carta ao Povo Brasileiro que foi entregue na terça-feira ao presidente do Senado, Renan Calheiros, contra a desestabilização do governo e contra a corrupção e por mudanças na política econômica.

Azeredo repudia críticas do presidente

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) repudiou ontem críticas do presidente Lula à oposição, em discurso feito na terça-feira em Luziânia (GO). O presidente vinculou as acusações de corrupção ao fato de os adversários do governo estarem tentando barrar sua reeleição. O senador negou que a oposição esteja fazendo exploração eleitoral das denúncias.

Azeredo se disse preocupado com a imagem do Parlamento, que, ressaltou, “não deve ser nivelado por baixo, como o governo deseja”. Os parlamentares, frisou o senador, não podem permitir que o Congresso seja visto como uma instituição que não representa



IMAGEM Para Azeredo, “o Parlamento não deve ser nivelado por baixo, como deseja o governo”

os interesses do país.

Estradas

Em seu discurso, Eduardo Azeredo citou matéria sob o título “Abandono ameaça estradas”, do jornal *Estado de Minas*, mostrando que 14

mil quilômetros de estradas federais no estado estão sem manutenção.

– Essas estradas estão se tornando terra de ninguém, porque nem o governo federal, nem o estadual estão dando manutenção a elas – afirmou o senador.

O representante de Minas Gerais manifestou sua preocupação com a situação da Rio-Bahia, da BR-135, da BR-101 e da BR-262, que liga Minas Gerais ao Espírito Santo. Eduardo Azeredo salientou, no entanto, que o governo iniciou obras na BR-040, que liga Belo Horizonte a Brasília, e que apresentava o maior número de acidentes.

Pavan: petistas não defendem mais o PT

Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou ontem que, por mais que as bases governistas tentem proteger o governo, procurando dividir responsabilidades para afastá-lo do envolvimento com os “desmandos e as falcatruas” que estão no centro das atenções nacionais, “está muito difícil convencer a população”.

– Agora é muito raro você encontrar algum petista que defenda o Lula ou PT.

Pavan entende que a ausência das bandeiras do PT nos movimentos reivindicatórios mais recentes, contrastando com o que acontecia no período anterior à chegada de Lula ao Planalto, dá bem a medida da distância que se abriu entre a sociedade e o governo petista. De acordo com o senador, os movimentos sociais agora são contra o governo.

– Como é possível que alguém que é acusado, que tem de prestar explicações à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, já venha acusando a oposição de estar querendo o golpe? – criticou Pavan, referindo-se ao ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu.



CONSTATAÇÃO Pavan observa que movimentos sociais agora são contra o governo petista



Presidente do Senado diz que "decisão da Suprema Corte não se discute" e dá prazo até as 18h de hoje para que líderes partidários definam integrantes de CPI que investigará caso Waldomiro Diniz

Renan: membros da CPI dos Bingos deverão ser indicados ainda hoje

Ao comentar ontem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que deu aos líderes partidários um prazo até as 18h de hoje para que indiquem os integrantes da CPI. Caso contrário, ele mesmo indicará.

– Decisão da Suprema Corte não se discute. Só podemos devolver a credibilidade ao Congresso Nacional aumentando

o ritmo de funcionamento e investigando tudo – declarou o presidente do Senado, reiterando que pretende instalar todas as CPIs cujos requerimentos tiverem assinaturas suficientes, prazo para investigar e fato determinado.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que o governo indicará os integrantes da CPI dos Bingos. Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o governo sofreu essa derrota “por causa de sua truculência e da falta de espírito democrático”.

A CPI dos Bingos não foi instalada porque nem os líderes dos partidos da base governista e nem o então presidente do Senado, José Sarney, indicaram os representantes para integrá-la, já que o Regimento Interno do Senado não torna isso obrigatório. Parlamentares entraram com mandados de segurança pedindo que, diante da omissão do regimento, o Senado seguisse o Regimento da Câmara, argumento apoiado pelo STF por 9 votos a 1.

Em fevereiro de 2004, Waldomiro Diniz foi flagrado ne-

gociando propina com um empresário do ramo de jogos. Waldomiro também teria desviado recursos da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) quando era seu presidente para usá-los em campanhas eleitorais do PT e de aliados.

A decisão do STF refere-se a cinco mandados de segurança impetrados pelos senadores Efraim Morais (PFL-PB), Jorge Bornhausen (PFL-SC), José Jorge (PFL-PE), José Agripino (PFL-RN), Demostenes Torres (PFL-GO), Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS).

E a CPI do Mensalão será criada no dia 29

Logo depois de encerrar reunião com os líderes partidários, o presidente do Senado, Renan Calheiros, telefonou ontem para o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, a fim de marcar a convocação de uma sessão do Congresso destinada à leitura de requerimento para criar CPI destinada a investigar denúncias de suposta mesada paga pelo governo em troca de apoio a projetos do Executivo – a chamada CPI do Mensalão. O requerimento será lido na próxima quarta-feira.

Não ficou acertado ainda o horário dessa sessão porque, para o mesmo dia, está marcado depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), autor das denúncias, à CPI que investiga o pagamento de recebimento de propinas por



DIALOGO Renan Calheiros (C) reúne-se com líderes partidários do Senado e da Câmara para definir passos da CPI

funcionário dos Correios. Se o depoimento de Jefferson for marcado para a tarde, a sessão conjunta ocorrerá pela manhã. Se Jefferson falar de manhã, a

sessão será marcada para as 18h do mesmo dia.

Renan disse que se até lá a Comissão Mista de Orçamento já tiver votado o projeto de Lei

de Diretrizes Orçamentárias, a LDO será analisada na mesma sessão. Do contrário, será convocada nova reunião do Congresso para votar o projeto.

Efraim rebate teoria de movimentação golpista

Efraim Morais (PFL-PB) rebateu uma suposta tentativa do governo de convencer a opinião pública de que a crise política restringe-se ao Congresso Nacional e de que uma movimentação golpista alimentaria as denúncias de irregularidades na gestão petista. O pefelista afirmou que essa crise tem origem no Poder Executivo e remonta a fevereiro de 2004, quando eclodiu a acusação de que o ex-subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil da Pre-

sidência da República, Waldomiro Diniz, achacava empresários do jogo para comprar apoio parlamentar.

– Se o presidente Lula, naquela ocasião, tivesse se empenhado em cortar na própria carne e apoiado as investigações que esta Casa quis fazer, não estaria vivendo esses sabores, que conspiram contra sua biografia e contra as instituições.

O episódio Waldomiro Diniz teria revelado, segundo Efraim, a existência de corrupção na Casa Civil. Essa

prática teria sido corroborada por declarações do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que, há algumas semanas, acusou o ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de participar de suposto esquema de compra de votos no Congresso pelo PT.

– Se, como diz o acusador (Jefferson), o esquema do “mensalão” era operado a partir da Casa Civil, o Congresso não é a matriz, senão o estuário da crise.



PAZAO Paim prevê que decisão sobre emenda sairá antes do início do recesso parlamentar

Paim espera votação da PEC Paralela

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a assinalar o acordo entre líderes do governo e oposição para votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 77A/03) que introduz alterações nos sistemas previdenciários dos setores público e privado, chamada de PEC Paralela. O entendimento construído em torno da matéria motivou Paim a apresentar requerimento de urgência para sua votação antes do início do recesso parlamentar.

Segundo o petista, o relator da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), já estaria com o parecer pronto para apresentação em Plenário. A expectativa de Paim é de que a votação da proposta aconteça na próxima semana.

Cassol nega acusações de grilagem

O governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), negou as denúncias de que estaria tentando expulsar, pela força, agricultores de um assentamento no município de Alta Floresta do Oeste, com o objetivo de grilar o terreno. Entre as acusações, está a de que seu filho teria metralhado o local para ameaçar os assentados. Cassol depôs ontem na CPI Mista da Terra, presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

O governador também negou as denúncias apresentadas no dia anterior pela TV Bandeirantes, que apresentou trechos de uma gravação que mostrariam Cassol oferecendo R\$ 50 mil por mês ao deputado estadual Amarildo Almeida, em troca de apoio político. Segundo o governador, trata-se de uma “simulação”: sua intenção seria mostrar como os parlamentares de seu estado vêm atuando.



ORIGEM Segundo Efraim, crise vem do Executivo e remonta ao episódio Waldomiro Diniz



MUDANÇAS Lúcia Vânia defende secretaria vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social

Lúcia Vânia diz que governo erra na reforma

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o governo pela insistência em vincular a Secretaria Nacional da Juventude à Secretaria Geral da Presidência da República, o que pode atrasar sua instalação em até um ano. Para ela, o governo ignorou a sugestão da oposição de vinculá-la ao Ministério do Desenvolvimento Social.

Lúcia Vânia lembrou a aprovação do ProJovem, programa que garante auxílio financeiro a jovens de baixa renda, do qual foi relatora, e disse que, apesar das ressalvas ao projeto, ele obteve a boa vontade de seus colegas da oposição.

Suposto prejuízo à Petrobras deve ser explicado por Dutra

■ Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprova convocações de presidente e diretor da estatal

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem requerimento de seu presidente, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), convidando o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, e o diretor de Gás e Energia da empresa, Ildo Sauer, para prestarem informações sobre prejuízos causados à estatal, conforme notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 17 deste mês.

A matéria relata que contratos firmados com termoeletricas controladas por companhias americanas, sob responsabilidade do então diretor da Petrobras e hoje senador Delcídio Amaral (PT-MS), teriam causado prejuízo de pelo menos R\$ 2 bilhões à estatal. Delcídio Amaral acusou Sauer de ser a



CONVITES Heráclito (E) pede esclarecimentos sobre notícia de jornal; Delcídio exige demissão de diretor da empresa convocado para depor

fonte oculta de *O Estado de S. Paulo*, e exigiu sua demissão da Petrobras.

Também foi aprovado requerimento de Delcídio incluindo o nome do diretor da Área Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, para ser ouvido sobre os projetos do governo na área de gás e energia desenvolvidos pela empresa nos últimos dez anos.

A CI aprovou ainda requerimento do senador Heráclito

Fortes solicitando a realização de audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, para que ele explique detalhes da liberação de recursos da instituição para o Projeto Piloto, que o governo negociou com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo o requerimento, dos R\$ 2,82 bilhões previstos para investimentos, foram empenhados apenas R\$ 558,9 milhões (19,8%).

Olívio Dutra será ouvido sobre metrô

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, deverá ser ouvido em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), conforme requerimento do senador César Borges (PFL-BA) aprovado ontem, sobre problemas envolvendo a liberação de recursos financeiros para construção do metrô de Salvador e de outros no país.

Segundo César Borges, o metrô de Salvador, orçado em US\$ 307,8 milhões, é resultado de uma parceria entre a iniciativa privada e os governos federal, estadual e municipal. No entanto, disse o senador, os US\$ 150 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), já autorizados pelo Senado, foram cancelados.

O povo baiano, observou César Borges, foi surpreendido pelo cancelamento em definitivo do empréstimo. Essa decisão do governo, afirmou, trará prejuízos irreparáveis para a cidade.

Flexa Ribeiro critica postura da bancada governista

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou ontem a postura adotada pela bancada governista na votação do projeto de lei de conversão, originado da Medida Provisória 239, no último dia 15. Ele atribuiu a aprovação da matéria, que impedia o desmatamento em áreas sob estudo para possível transformação em unidades de conservação, aos líderes da oposição.

— A aprovação era de interesse do governo, que, no entanto, demonstrou pouco esforço ou não soube, em sua soberba, caracterizar a importância da aprovação da MP, que caducaria na segunda-feira passada — ressaltou o senador.

Flexa Ribeiro, que foi o relator do projeto, disse que buscou o consenso para acolher o texto integral proveniente da Câmara. Ele enalteceu o trabalho da bancada do PFL, “cuja posição foi significativa para reconhecer a relevância e importância da matéria”, enquanto que a maioria “deveria estar em algum lugar, menos no Plenário, maquinando esquemas para



RELEVÂNCIA Flexa Ribeiro atribui aprovação de matéria ambiental ao esforço dos líderes opositores

sufocar as minorias”. A votação foi marcada por longo debate, em que diversos senadores divergiram da aprovação do projeto de conversão.

— A matéria não foi adiada porque houve muito empenho. Não da liderança do governo. O grande artífice que nos conduziu à votação foi a bancada da oposição — avaliou.

No entendimento de Flexa Ribeiro, o episódio provou que a oposição brasileira da atualidade “em nada se assemelha à velha oposição petista”.

— É uma oposição responsável, que grita pela governabilidade — afirmou.

José Jorge cobra reunião no horário

O líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), protestou contra atraso na realização da última reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do qual é membro nato. Após reclamar do incidente, que inviabilizou sua participação em outros compromissos parlamentares, o pefelista apelou ao presidente do conselho, Nilmário Miranda, para que as reuniões comecem na hora marcada.

Antônio Leite faz apelo ao governo



ABANDONO Antônio Leite denuncia que a BR-226 é uma verdadeira armadilha para os motoristas

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) denunciou o estado de abandono em que se encontram as estradas federais e estaduais no Maranhão. Preocupado com as crescentes perdas humanas e econômicas, o parlamentar fez apelo ao Ministério dos Transportes e ao governo do estado pela recuperação da malha rodoviária.

Segundo o senador, a BR-226, principal via de ligação do Maranhão com o interior do Nordeste, está quase intransitável, com “buracos e crateras, sem leito e sem acostamento, sendo uma armadilha e uma ameaça constante para os usuários”. A BR-230, acrescentou, reproduz o mesmo quadro.

Ele ressaltou que essa rodovia é responsável pelo escoamento da produção de soja da região de Balsas, cuja última safra foi de 900 mil toneladas. Embora ainda existam cerca de 800 mil hectares de terras agricultáveis na área, a expansão econômica, disse o senador, é dificultada pela precariedade do sistema de escoamento da produção.

Sérgio Cabral saúda pólo de gás do Rio

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) saudou em Plenário a inauguração, hoje, do Pólo Gás-Químico do Estado do Rio de Janeiro. A obra é produto de parceria entre empresas privadas e estatais, inclusive a Petrobras.

Sérgio Cabral disse que o pólo irá gerar centenas de empregos na Baixada Fluminense e cumprimentou o ex-governador do estado, Anthony Garotinho, que tomou a iniciativa há alguns anos.



ROYALTIES Sérgio Cabral propõe que subcomissão discuta incentivo à produção de filmes nacionais

Mudança na Lei do Audiovisual deve ser debatida

O presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), pediu ontem a realização de debate sobre modificação do artigo 3º da Lei do Audiovisual, que permite a distribuidores internacionais aplicarem parte do Imposto de Renda devido sobre a remessa de royalties ao exterior na produção de filmes nacionais.

Esse dispositivo foi criticado pelo presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes, Bruno Weiner, durante audiência pública promovida pela subcomissão.

Comissão de inquérito investiga emigração ilegal

■ Criada ontem, CPI vai apurar crimes ligados à entrada ilegal de brasileiros nos EUA e em outros países

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) foi eleito ontem por unanimidade presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Emigração Ilegal, que vai apurar os crimes e delitos penais e civis praticados com a entrada irregular de brasileiros nos Estados Unidos e em outros países. A primeira reunião do colegiado, que terá como vice-presidente o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) e como relator o deputado federal João Magno (PT-MG), foi agendada para segunda-feira e deverá contar com a participação da escritora Glória Perez, autora da novela *América*, da Rede Globo, e da atriz Débora Secco.

A CPI, proposta por Hélio Costa e João Magno, é composta por 11 senadores, 11 deputados e igual número de

suplentes nas duas Casas e terá o prazo de 180 dias para a conclusão dos trabalhos.

– Aproximadamente 80% dos brasileiros que estão presos nos Estados Unidos por emigração ilegal são do meu estado, Minas Gerais. Nossa preocupação é investigar as causas dessa diáspora, por que os jovens estão saindo, e quem está aliciando essas pessoas – informou.

O senador lembrou que muitos brasileiros morreram na travessia da fronteira dos Estados Unidos com o México. Segundo ele, a equipe da novela *América* produziu uma ampla pesquisa

sobre o tema, o que auxiliará os trabalhos da comissão. O parlamentar afirmou ainda não ter dúvidas de que existem brasileiros lucrando com a situação daqueles que tentam a vida em outro país.

Para o relator, a emigração ilegal é um novo tipo de crime que começa a se estruturar internacionalmente. João Magno defende a atualização da legislação e a criação de mecanismos legais para que os delitos relacionados a esse tipo de infração possam ser combatidos pelas autoridades brasileiras.



PREOCUPAÇÃO Hélio Costa (à direita, ao lado de Tuma) alerta para o aumento do número de brasileiros presos por emigração ilegal nos Estados Unidos

Presidente da CPI, Hélio Costa quer identificar responsáveis

Em discurso ontem no Plenário, Hélio Costa destacou a instalação da CPI da Emigração Ilegal e ressaltou a necessidade de investigar crimes envolvendo a entrada ilegal de jovens brasileiros nos Estados Unidos, Europa e Ásia. O senador disse que a questão merece atenção especial do Senado.

Hélio Costa informou que a comissão pediu explicações à Polícia Federal sobre as razões de, em algumas regiões do país, haver uma evasão “tão grande” de jovens talentos, que se envolvem em uma “aventura perigosa” que já teria custado a vida de dezenas de brasileiros.

– Ficamos surpresos ao receber informação oficial do Departamento de Segurança Interna do governo norte-americano de que mais de 23 mil brasileiros estão presos. São 1.300 no Japão, mais de mil na Inglaterra e centenas na Espanha – observou.

O parlamentar por Minas Gerais informou que têm sido contabilizados crimes de falsificação de passaporte e de certidão de idade, entre outros, para aliciar o jovem e vender um sonho. No entanto, afirma ele, apenas 1% consegue chegar do outro lado da fronteira dos EUA e se estabelecer. Segundo assinalou, “a grande maioria é presa na fronteira.”

A comissão deve iniciar os trabalhos na próxima semana e apresentar um relatório final que “indique caminhos e aponte soluções”. Amanhã, Hélio Costa irá a Governador Valadares, cidade recordista na evasão de jovens, para uma audiência pública. O senador disse que há uma proposta de fazer uma extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na região do Vale do Rio Doce, onde se localiza a cidade, como forma de reduzir a emigração ilegal.

CRE aprova indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações para embaixadores no Japão, no Congo e na Guiné-Bissau. Cada um dos diplomatas fez uma breve exposição, em sessão aberta, seguida de sabatina e votação, em sessão secreta, na qual foram aprovadas as indicações, que ainda serão votadas em Plenário.

Flávio Roberto Bonzanini foi aprovado como embaixador do Brasil no Congo.

Para a Guiné-Bissau foi aprovado o nome de João Batista Cruz.

O novo embaixador brasileiro junto ao Japão será André Mattoso Maia Amado, ex-embaixador em Lima, no Peru. Após fazer um resumo de seu trabalho em Lima, André Amado ressaltou a necessidade de incremento das relações Brasil-Japão, pois, segundo ele, a partir das décadas de 1980 e 1990, o intercâmbio entre os dois países perdeu dinamismo.



ESFORÇO Mozarildo quer o fim das retaliações que ocorrem entre Roraima e o país vizinho

Mozarildo cobra integração com a Venezuela

Ao registrar que nos dias 27 e 28 de junho ocorrerá na Venezuela a VII Reunião Binacional do Grupo de Desenvolvimento Fronteiriço Venezuela-Brasil, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

cobrou uma política de integração entre Roraima e aquele país vizinho. Segundo Mozarildo, a situação em Roraima, estado que faz fronteira com a Venezuela, preocupa.

– Vivemos nos retaliando. A complicação inclui até funcionários da Polícia Federal, da Receita Federal e da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa). Os problemas vêm tanto do Brasil como da Venezuela – afirmou.

Ainda em seu discurso, o senador ressaltou que seu estado enfrenta uma epidemia de dengue, especialmente a capital, Boa Vista. Lembrando sua condição de médico, criticou as autoridades locais, que não estariam adotando medidas efetivas de combate ao mosquito transmissor da doença.

Suplicy apela por engenheiro seqüestrado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitando mais empenho na libertação do engenheiro João José de Vasconcellos Jr. O brasileiro, seqüestrado em janeiro no Iraque, trabalhava para a empresa Norberto Odebrecht. Não se sabe se ele ainda está vivo.

Suplicy enviou uma carta ao presidente, com a qual encaminhou solicitação da irmã do engenheiro, Isabel Vasconcellos, que estaria requisitando audiência com Lula.

– A família de Vasconcellos



ÊNFASE Em carta ao presidente da República, Suplicy pede empenho para a libertação de Vasconcellos

observou que o empenho pessoal de chefes de Estado, como os da França e Itália, do Japão e Iraque, tem sido fator muito importante para a libertação de reféns no Iraque – afirmou o senador.

Suplicy disse estar pronto a ajudar o governo federal no caso, dispondo-se, inclusive, a ir ao Iraque.



PRESSÃO Segundo Jonas Pinheiro, 20 mil ruralistas estarão em Brasília para buscar apoio do governo

Jonas anuncia manifestação de produtores rurais

Uma caravana de mais de mil tratores estará na Esplanada dos Ministérios nos dias 28, 29 e 30 de junho, anunciou o senador Jonas Pinheiro (PFL-

MT). Ele informou ao Plenário que aproximadamente 20 mil produtores rurais brasileiros vão realizar manifestação em Brasília como tentativa de conseguir apoio do governo federal para a renegociação de dívidas e liberação de recursos.

Para Jonas, os agricultores não estão conseguindo pagar as contas devido ao desequilíbrio entre receitas e despesas. Na avaliação do senador, juros altos, carga tributária e elevado custo de produção ocasionaram aumento das despesas. Além disso, afirmou, ocorreram problemas com a seca que atingiu, principalmente, o Sul.

O senador apontou ainda como fatores que dificultaram a vida dos agricultores neste ano o baixo preço dos produtos e a desvalorização do dólar.